



## **PARECER JURÍDICO**

Projeto de Lei : 05/2022

Autoria : Executivo Municipal

Assunto: AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS, NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO , NO VALOR TOTAL DE R\$ 15.567.276,00 ( QUINZE MILHÕES, QUINHENTOS E SESSENTA E SETE MI, DUZENTOS E SETENTA E SEIS REAIS) VISANDO O ATENDIMENTO DE DESPESAS CORRENTES E DE CAPITAL.

Referido parecer Jurídico manifesta-se acerca da legalidade e constitucionalidade do Projeto de Lei nº 05 de 2022, que tramita nesta Casa Legislativa por iniciativa do Excelentíssimo Prefeito Municipal, tendo por objetivo acorrer com despesas correntes relativas a transferência de recursos do FUNDEB. É o sucinto relatório, passo a análise jurídica.

O projeto versa sobre matéria de competência do Município em face do interesse local, encontrando amparo no artigo 30, inciso I da Constituição da República e Lei Orgânica Municipal, estando dentro da competência constitucional do ente municipal.

Um dos objetivos do sistema orçamentário inaugurado pela Constituição da República de 1988 é exatamente o de permitir o controle sobre os recursos públicos e o equilíbrio orçamentário.

A abertura de crédito adicional é destinada para despesas não previstas no orçamento, de acordo com os artigos 40, 41 e 42 da Lei nº. 4.320/64.

*"Trabalho, transparência e compromisso com você!"*



# *CÂMARA MUNICIPAL DE GUARIBA*

ESTADO DE SÃO PAULO

GUARIBA  
"Cidade Primavera"

Pelos fundamentos já estampados neste Parecer Jurídico, venho por meio deste, do ponto de vista de constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa, OPINAR pela regular tramitação do Projeto de Lei em questão em atendimento aos preceitos regimentais do processo legislativo, cabendo ao Egrégio Plenário apreciar o seu mérito.

É o parecer, Salvo melhor Juízo.

Guariba, 07 de Fevereiro de 2022

  
**Michelle Alves Verde Agneli**  
**Procuradora Jurídica**

*“Trabalho, transparência e compromisso com você!”*